

2022

CAIO PAIVA

# EXECUÇÃO PENAL

NA JURISPRUDÊNCIA DO STF, DO STJ E DE  
ÓRGÃOS E TRIBUNAIS INTERNACIONAIS  
DE DIREITOS HUMANOS

- › Compilação de toda a jurisprudência relevante sobre execução penal e direitos humanos das pessoas privadas de liberdade
- › Mais de 700 julgados resumidos
- › Notas explicativas sobre divergências entre o STF e o STJ

  
EDITORA  
**CEI**

# SUMÁRIO

PRINCIPAIS ABREVIATURAS.....	25
NOTA DO AUTOR .....	27

## Capítulo 1

### Execução penal na jurisprudência do STF e do STJ

#### 1. Direito à saúde

1.1. Direito à assistência médica e de permanecer em seu estado de origem.....	31
1.2. Contratação de hospital particular pela pessoa presa.....	31
1.3. Assistência psicológica .....	31
1.4. Assistência médica .....	31

#### 2. Trabalho penitenciário

2.1. Trabalho externo e microempresário.....	32
2.2. Comprovação do trabalho ou possibilidade imediata de fazê-lo.....	32
2.3. Competência da administração penitenciária para questões relativas ao trabalho da pessoa presa.....	32
2.4. Trabalho externo para condenados ao regime inicial semiaberto.....	33
2.5. Trabalho externo em empresa situada em área de difícil fiscalização .....	33
2.6. Trabalho externo em empresa de familiar.....	33
2.7. Crime hediondo e trabalho externo .....	34
2.8. RDD e direito ao trabalho .....	34
2.9. Regime fechado e trabalho externo.....	34
2.10. Competência para resolver questões sobre o trabalho do preso.....	34
2.11. Recusa injustificada ao trabalho .....	34
2.12. Execução provisória da pena e trabalho externo.....	35
2.13. Preso provisório e trabalho externo.....	35
2.14. Trabalho do preso e remuneração inferior a um salário mínimo .....	35
2.15. Trabalho externo e falta de qualificação do apenado .....	36
2.16. Jornada semanal limitada a 44 horas no trabalho externo.....	36
2.17. Impossibilidade de se exigir termo de responsabilidade do empregador pela conduta do apenado.....	37
2.18. Trabalho externo na residência do genitor .....	37
2.19. Trabalho externo na condição de autônomo .....	37

### 3. Disciplina

3.1. Transferência do preso e inclusão cautelar no RDD sem prévia oitiva .....	38
3.2. Posse de chip de celular como falta grave .....	38
3.3. Posse de celular sem chip e sem bateria como falta grave .....	39
3.4. Posse de cartão de memória de celular como falta grave.....	39
3.5. Posse de cabo USB, fone de ouvido e microfone .....	39
3.6. Rol taxativo das faltas graves.....	40
3.7. Falta grave consistente em recusar-se a adentrar à cela .....	40
3.8. Tornozeleira eletrônica com a bateria descarregada .....	40
3.9. Falta grave e intranscendência .....	40
3.10. Reconhecimento de falta grave consistente na prática de crime doloso e dispensa do trânsito em julgado.....	41
3.11. Palavra dos agentes penitenciários para comprovação de falta disciplinar .....	41
3.12. Prazo prescricional das faltas disciplinares .....	41
3.13. Posse de drogas para uso próprio em estabelecimento prisional e falta grave .....	42
3.14. Desnecessidade de perícia em aparelho celular apreendido para configurar falta grave.....	42
3.15. Absolvição pelo crime que ensejou a falta grave e independência de instâncias .....	43
3.16. Falta grave consistente em tentar empreender fuga do estabelecimento prisional .....	43
3.17. Desnecessidade de processo administrativo disciplinar para apuração de falta grave....	43
3.18. Consequência da prática de falta grave.....	44
3.19. Falta disciplinar que deixa vestígios.....	44
3.20. Oitiva de testemunhas no processo administrativo disciplinar para apuração de falta grave sem a presença da defesa técnica.....	45
3.21. Inaplicabilidade da Súmula Vinculante 5 à execução penal .....	45
3.22. Cabimento do regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	45
3.23. Punição da tentativa da falta com a sanção correspondente à falta consumada .....	45
3.24. Competência para especificar as faltas graves.....	46
3.25. Princípio da legalidade das faltas disciplinares.....	46
3.26. Procedimento para imposição do RDD .....	46
3.27. Aplicação simultânea de isolamento e perda dos dias remidos.....	46
3.28. Controle judicial da decisão do Conselho Disciplinar .....	46
3.29. Ilegalidade da sanção de caráter coletivo .....	47
3.30. Momento do interrogatório no processo administrativo disciplinar que apura a prática de falta grave .....	47
3.31. A fuga como falta grave.....	47
3.32. Falta grave e reinício da contagem do prazo para a obtenção de benefícios .....	48
3.33. Desnecessidade de perícia em instrumento perfuro-cortante .....	48
3.34. Posse de aparelho celular com a finalidade de permanecer em contato com a família....	48
3.35. Companheira do preso que tenta ingressar na prisão com celular em seu corpo .....	49
3.36. Regressão de regime como decorrência da falta grave e ausência de discricionariedade do juiz .....	49

3.37. Constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado (RDD) .....	49
3.38. Natureza jurídica do RDD .....	50
3.39. Competência sobre a manutenção do preso no RDD .....	50
3.40. Atraso no retorno da saída temporária e falta grave .....	50
3.41. Posse de máquina artesanal de tatuagem .....	51
3.42. Posse de bebida alcoólica pela pessoa presa e falta grave .....	51
3.43. Recluso encontrado embriagado e falta grave .....	51
3.44. Apenado que recusa a comparecer perante o oficial de justiça para receber citação e falta grave .....	52
3.45. Apreensão de pombos na cela e falta grave .....	52
3.46. Recusa injustificada ao trabalho .....	52
3.47. Posse de celular durante trabalho externo e falta grave .....	53
3.48. RDD e direito de entrevista pessoal e reservada com o advogado .....	54
3.49. Extrapolação do prazo para a conclusão do PAD .....	54
3.50. Alteração de local de trabalho externo sem prévia comunicação .....	54
3.51. Uso de entorpecente sem ser surpreendido na posse de quaisquer substâncias ilícitas .....	54
3.52. RDD e contemporaneidade .....	54
3.53. Termo inicial da contagem do prazo prescricional da falta grave consistente em fuga .....	55
3.54. Revisão judicial da conclusão administrativa sobre a configuração de falta grave .....	55
3.55. Luta corporal com outro detento .....	55
3.56. Ausência de instauração de inquérito policial para apurar o crime que constitui a falta grave .....	55

#### 4. Órgãos da execução penal

4.1. Atuação do Ministério Público na execução penal .....	56
4.2. Ilegitimidade do Conselho Penitenciário para interpor recurso .....	56
4.3. Oitiva do Conselho Penitenciário para concessão do livramento condicional .....	56
4.4. Condicionar o indulto à manifestação do Conselho Penitenciário .....	56
4.5. Concessão de progressão de regime sem a prévia manifestação do Ministério Público .....	56

#### 5. Regimes

5.1. Contagem do período de suspensão do dever de apresentação mensal em juízo como pena efetivamente cumprida .....	57
5.2. Fixação de regime aberto e expedição de mandado de prisão .....	58
5.3. Fixação de condições especiais para a concessão do regime aberto .....	58
5.4. Inconstitucionalidade da obrigação de fixar o regime inicial fechado .....	58
5.5. Cumprimento de pena em regime semiaberto .....	59
5.6. Falta de estabelecimento penal adequado .....	59
5.7. Impossibilidade de alteração da data-base no caso de trânsito em julgado de condenação única .....	61

5.8. Aplicação retroativa de fração mais gravosa decorrente da reincidência.....	62
5.9. Data-base da progressão em caso de prisão cautelar com soltura durante o processo.....	62
5.10. Competência para fixar o regime inicial .....	62
5.11. Fixação de pena substitutiva para o regime aberto.....	62

## 6. Progressão de regime

6.1. Constitucionalidade da exigência de reparação do dano para progredir de regime .....	63
6.2. Progressão provisória de regime e reparação do dano ou devolução do produto do ilícito.....	63
6.3. Omissão na sentença condenatória sobre reparação dos danos e progressão de regime .....	63
6.4. Inadimplemento da pena de multa e progressão de regime.....	64
6.5. Fundamento inidôneo para indeferir a progressão de regime .....	64
6.6. Prisão civil e progressão de regime .....	65
6.7. Progressão de regime e apenado estrangeiro.....	65
6.8. Progressão de regime para reincidentes condenados por crimes hediondo ou equiparado e comum após a Lei Anticrime .....	65
6.9. Falta grave pendente de apuração e negativa da progressão de regime.....	67
6.10. Impossibilidade de excesso de execução na espera indefinida para ser implementado o novo regime prisional.....	67
6.11. Repercussão da falta grave no cumprimento do requisito subjetivo para progredir de regime.....	68
6.12. <i>In dubio pro societate</i> na progressão de regime.....	68
6.13. Data-base para progressão de regime .....	68
6.14. Consequência da prática de falta grave.....	68
6.15. Comprovação do trabalho ou possibilidade imediata de fazê-lo .....	69
6.16. Limite temporal para análise do requisito subjetivo para a progressão de regime .....	69
6.17. Atestado de boa conduta carcerária e progressão de regime.....	70
6.18. Falta grave antiga e progressão de regime.....	70
6.19. Natureza jurídica da decisão concessiva da progressão de regime .....	70
6.20. Progressão de regime para militares.....	70
6.21. Progressão de regime especial e requisito de não ter integrado organização criminosa .....	71
6.22. Formação incompleta da guia de recolhimento .....	72
6.23. Indeferimento de progressão de regime por investigação ou ação penal em andamento .....	73
6.24. Condicionamento da progressão de regime à coleta de perfil genético.....	73
6.25. Progressão de regime e crime hediondo .....	74
6.26. Progressão <i>per saltum</i> .....	74

## 7. Regressão de regime

7.1. Regressão cautelar sem prévio contraditório .....	74
7.2. Inadimplemento da pena de multa e regressão de regime.....	75
7.3. Audiência de justificação por videoconferência.....	75
7.4. Regressão para regime mais grave do que aquele fixado na sentença.....	75
7.5. Regressão ao regime fechado para condenados por crimes punidos com detenção .....	76
7.6. Regressão definitiva e oitiva prévia do apenado.....	76
7.7. Falta de natureza média e regressão de regime.....	76
7.8. Regressão de regime como decorrência da falta grave e ausência de discricionariedade do juiz .....	76
7.9. Regressão <i>per saltum</i> .....	77

## 8. Autorizações de saída

8.1. Irretroatividade de restrição à saída temporária trazida pela Lei Anticrime.....	77
8.2. Suspensão de saída temporária de presos para prevenir o contágio pelo COVID-19 .....	77
8.3. Aprovação em vestibular e pedido de saída temporária para frequentar aulas de curso de ensino superior .....	77
8.4. Prorrogação de saída temporária com base na persistência da pandemia da COVID-19.....	78
8.5. Decisão judicial que concede a saída temporária .....	78
8.6. Contagem do prazo da saída temporária em dias .....	79
8.7. Saída temporária para visitar amigo .....	79
8.8. Prática de falta grave e data-base para fins de saída temporária e trabalho externo .....	80
8.9. Saída temporária no regime aberto harmonizado.....	80
8.10. Saída temporária para visitar agente religioso .....	80
8.11. Não é um direito subjetivo .....	80
8.12. Requisito objetivo e apenado no regime inicial semiaberto.....	81
8.13. Atraso no retorno da saída temporária e falta grave .....	81
8.14. Indeferimento por motivos inidôneos .....	81
8.15. Saída declarada ilegal e impossibilidade de excluir os dias de liberação do cômputo da pena .....	81
8.16. Tempo de cumprimento da pena no regime fechado.....	81

## 9. Remição

9.1. Inadmissibilidade da remição ficta ou virtual.....	82
9.2. Justificativa da remição .....	82
9.3. Remição e conclusão de curso profissionalizante .....	82
9.4. Impossibilidade de arredondar saldo restante para conceder remição por trabalho .....	82
9.5. Remição e retroatividade benéfica.....	83
9.6. Falta disciplinar de fuga e perda dos dias remidos .....	83

9.7. Remição da pena por trabalho extramuros.....	83
9.8. Remição por tempo de trabalho realizado em data anterior à prática do crime cuja condenação se executa.....	84
9.9. Remição por estudo e tempo que excede a carga horária.....	84
9.10. Comprovação do estudo para remição.....	85
9.11. Remição pelo estudo e <i>bis in idem</i> .....	85
9.12. Remição pela atividade de representante de galeria.....	86
9.13. Remição pelo trabalho de artesanato.....	87
9.14. Prática de capoeira e remição da pena.....	87
9.15. Mudança de endereço sem autorização e revogação do livramento condicional.....	87
9.16. Perda dos dias remidos sem fundamentação concreta.....	88
9.17. Trabalho em domingos e feriados e direito à remição.....	88
9.18. Extrapolação da jornada de trabalho pelo preso e remição.....	88
9.19. Remição da pena pelo estudo e dias úteis.....	88
9.20. Remição pelo estudo por conta própria e aprovação no ENEM.....	88
9.21. Remição por participação em coral.....	89
9.22. Remição por trabalho no regime semiaberto harmonizado cumprido em prisão domiciliar.....	90
9.23. Perda dos dias remidos quando não declarada judicialmente a remição.....	90
9.24. Limite temporal da possibilidade de perda de dias remidos.....	90
9.25. Remição por trabalho realizado anteriormente ao início da execução.....	90
9.26. Cálculo de dias remidos pelo estudo e normativas do CNJ e do CNE.....	90
9.27. Remição da pena pelo estudo e aprovação no ENCCEJA.....	91
9.28. Remição e trabalho exercido durante prisão domiciliar.....	92
9.29. Frequência mínima obrigatória.....	92
9.30. Regime aberto e remição da pena pelo trabalho.....	92
9.31. Remição pelo trabalho e apenado impossibilitado de trabalhar.....	92
9.32. Acidente <i>in itinere</i> e remição pelo trabalho.....	93
9.33. Atestado de conduta carcerária desfavorável.....	93
9.34. Apenado que já havia colado grau em curso de nível superior e acréscimo de 1/3.....	93

## 10. Livramento condicional

10.1. Limitação temporal.....	93
10.2. Conhecimento da prática do crime após o fim do período de prova.....	94
10.3. Apenado estrangeiro.....	95
10.4. Limite de pena do art. 75 do Código Penal e requisito objetivo para o livramento condicional.....	95
10.5. Consequência da prática de falta grave.....	96
10.6. Inadimplemento da pena de multa e requisito subjetivo para o livramento condicional.....	96
10.7. Requisito subjetivo e alteração pela Lei Anticrime.....	96

10.8. Consequência da prática de novo crime.....	96
10.9. Suspensão cautelar do livramento condicional .....	97
10.10. Avaliação do requisito subjetivo .....	98
10.11. Crime de associação para o tráfico de drogas e requisito objetivo temporal.....	98
10.12. Influência da reincidência para fins de exame do livramento condicional .....	98
10.13. Livramento condicional, fuga e nova data-base para cálculo .....	99
10.14. Livramento condicional e passagem por regime intermediário.....	99
10.15. Análise do requisito subjetivo e questão temporal .....	99
10.16. Mudança de endereço sem autorização e revogação do livramento condicional.....	100
10.17. Requisito temporal do livramento condicional para o apenado primário de bons antecedentes .....	100
10.18. Fuga e requisito temporal do livramento condicional .....	100
10.19. Reversão da concessão do livramento condicional.....	101
10.20. Oitiva do Conselho Penitenciário para concessão do livramento condicional .....	101
10.21. Condicionar o indulto à manifestação do Conselho Penitenciário .....	101
10.22. Exigência da reparação do dano para a concessão do livramento condicional.....	102
10.23. Exigência de que o apenado esteja empregado .....	102
10.24. Não se exige que o apenado passe por regime intermediário.....	102
10.25. Direito subjetivo do reeducando.....	102
10.26. Livramento condicional e primário com maus antecedentes.....	102
10.27. Livramento condicional e cerimônia .....	102
10.28. Livramento condicional e pena mínima .....	103
10.29. Apenado que não é localizado e revogação do livramento condicional.....	103
10.30. Apreciação de livramento condicional em <i>habeas corpus</i> .....	104
10.31. Livramento condicional cautelar .....	104
10.32. Livramento condicional e trânsito em julgado para a acusação .....	105
10.33. Superveniência de condenação definitiva com aumento substancial da pena em apelação, revogação do benefício e período de prova considerado como tempo de pena cumprida .....	105

## 11. Monitoração eletrônica

11.1. Regime aberto com monitoração eletrônica .....	106
11.2. Colaboração premiada e monitoração eletrônica na execução penal.....	106
11.3. Tornozeleira eletrônica com a bateria descarregada .....	106
11.4. Transferência compulsória de execução penal e monitoramento eletrônico .....	106
11.5. Violação da zona de monitoramento e rompimento da tornozeleira eletrônica .....	107
11.6. Motivação concreta para a monitoração eletrônica.....	107
11.7. Bloqueio intencional de sinal emitido pela tornozeleira eletrônica .....	107



## 12. Penas restritivas de direitos

12.1. Alteração da pena restritiva de direitos pelo juízo da execução penal.....	108
12.2. Competência para executar as penas restritivas de direitos no caso de mudança de domicílio do condenado.....	109
12.3. Competência do juízo deprecado na fiscalização do cumprimento da pena restritiva de direitos.....	109
12.4. Impossibilidade de execução antecipada da pena restritiva de direitos.....	109
12.5. Descumprimento da pena restritiva de direitos e regressão para regime prisional mais gravoso.....	110
12.6. Impossibilidade de cumprimento simultâneo da pena restritiva de direitos com a pena privativa de liberdade.....	110
12.7. Medida cautelar de arresto e prestação pecuniária.....	110
12.8. Parcelamento da pena pecuniária.....	111
12.9. Conversão da pena restritiva de direitos em pena privativa de liberdade e intimação do apenado.....	111
12.10. Reconversão a pedido do apenado.....	111
12.11. Apenado que abandona o cumprimento da pena restritiva de direitos.....	111

## 13. Suspensão condicional da pena

13.1. Constatação de descumprimento de condição durante o período de prova.....	112
13.2. Prescrição e sursis.....	112
13.3. Consequência da revogação do sursis.....	112
13.4. Impossibilidade de execução provisória da suspensão condicional da pena.....	112
13.5. Período de prova fixado acima do mínimo legal.....	113
13.6. Notícia de instauração de processo contra o beneficiário que chega aos autos após expirar o prazo do período de prova.....	113
13.7. Direito subjetivo.....	113
13.8. Inquérito, ação penal em curso e transação.....	113
13.9. Suspensão dos direitos políticos.....	113
13.10. Período de prova e indulto.....	113
13.11. <i>Sursis</i> e crime hediondo.....	114
13.12. Ausência da defesa técnica.....	114

## 14. Pena de multa

14.1. Indulto da pena privativa de liberdade e parcelamento da pena de multa.....	114
14.2. Inadimplemento da pena de multa e progressão de regime.....	114
14.3. Inadimplemento da pena de multa e regressão de regime.....	114
14.4. Inadimplemento da pena de multa e extinção da punibilidade.....	115
14.5. Inadimplemento da pena de multa e dívida de valor.....	115
14.6. Extinção da pena privativa de liberdade, subsistência da pena de multa e devolução de passaporte.....	115

14.7. Inadimplemento da pena de multa e requisito subjetivo para o livramento condicional .....	116
14.8. Legitimidade para executar a pena de multa.....	116
14.9. Competência do juízo da execução para decidir acerca da prescrição da pena de multa.....	116
<b>15. Medidas de segurança</b>	
15.1. Cumprimento excepcional em prisão federal.....	117
15.2. Indulto e medida de segurança.....	117
15.3. Duração máxima da medida de segurança.....	117
15.4. Substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança .....	118
15.5. Falta de vagas em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	118
15.6. Cumprimento de medida de segurança e indulto .....	119
15.7. Convivência entre execuções de pena privativa de liberdade e de medida de segurança .....	119
15.8. Medida de segurança em curso há muito tempo e desinternação .....	119
15.9. Tratamento ambulatorial e detração.....	119
15.10. Impossibilidade de execução provisória de medida de segurança.....	120
<b>16. Incidentes de execução</b>	
16.1. Condenado que não consegue se adequar à pena restritiva de direitos .....	120
16.2. Réu condenado em processos distintos com penas privativa de liberdade e restritiva de direitos.....	120
16.3. Procedimento do incidente de desvio de execução .....	120
16.4. Fungibilidade entre o incidente de desvio de execução e o agravo em execução .....	120
<b>17. Anistia e indulto</b>	
17.1. Prisão preventiva e lapso temporal para indulto .....	121
17.2. Indulto da pena privativa de liberdade e parcelamento da pena de multa .....	121
17.3. Indulto e trânsito em julgado para a acusação .....	121
17.4. Comprovação do estado de saúde para o indulto humanitário.....	122
17.5. Crime de associação para o tráfico de drogas e indulto.....	122
17.6. Indulto e medida de segurança .....	122
17.7. Vedação de interpretação extensiva das restrições contidas em decreto de comutação/indulto .....	123
17.8. Indulto sobre penas comutadas.....	123
17.9. Impossibilidade de o Poder Judiciário controlar o mérito de decreto de indulto.....	123
17.10. Indulto e falta grave.....	124
17.11. Extinção da punibilidade pelo indulto fundada em erro e coisa julgada .....	124
17.12. Indulto coletivo e parecer do Conselho Penitenciário .....	125

17.13. Cumprimento de medida de segurança e indulto .....	125
17.14. Impossibilidade de concessão de comutação .....	125
17.15. Possibilidade de indulto em concurso de crimes.....	125
17.16. Indulto e exame criminológico.....	125
17.17. Indulto e falta grave .....	125
17.18. Indulto e pena originalmente imposta ao apenado.....	126
17.19. Indulto e detração pelo período entre o decreto presidencial e a decisão que extingue a punibilidade.....	126
17.20. Comutação da pena como indulto parcial .....	126
17.22. Indulto e suspensão condicional da pena.....	127

## **18. Procedimento judicial**

18.1. Cabimento de embargos infringentes contra acórdão em agravo em execução .....	127
18.2. Embargos infringentes contra acórdão do Plenário do STF que nega provimento a agravo interno na execução penal.....	128
18.3. Prazo para o agravo .....	128
18.4. Impetração de habeas corpus na execução penal em substituição à recurso.....	128
18.5. Audiência admonitória não interrompe o prazo prescricional .....	128
18.6. Ausência da defesa técnica na audiência admonitória.....	129
18.7. Ilegitimidade do Conselho Penitenciário para interpor recurso.....	129
18.8. Execução da pena de ofício.....	129
18.9. Procedimento do agravo em execução.....	129
18.10. Efeito suspensivo no agravo em execução .....	130

## **19. Exame criminológico**

19.1. Determinação sem necessidade ou por motivo inidôneo .....	130
19.2. Determinação baseada em motivo idôneo.....	131
19.3. Indulto e exame criminológico .....	131
19.4. Constitucionalidade do exame criminológico .....	131
19.5. Profissional competente para realizar o exame.....	132

## **20. Execução provisória**

20.1. Execução provisória e pendência de julgamento de recurso do Ministério Público .....	132
20.2. Expedição da guia de execução provisória da pena e réu solto.....	132
20.3. Execução provisória da pena restritiva de direitos.....	132
20.4. Execução provisória e progressão de regime.....	133
20.5. Execução provisória, progressão de regime e prisão especial .....	133

## 21. Coisa julgada

21.1. Correção de erro material na guia de execução.....	133
21.2. Equívoco na concessão do regime aberto e correção de erro material.....	133
21.3. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> .....	134
21.4. Correção de erro material na folha de antecedentes .....	135
21.5. Impossibilidade de o juízo da execução penal corrigir erro material no título condenatório.....	135
21.6. Impossibilidade de o Tribunal corrigir erro material de ofício no título condenatório.....	135
21.7. Omissão na sentença condenatória sobre reparação dos danos e progressão de regime .....	136
21.8. Reconhecimento da reincidência no âmbito da execução penal.....	136
21.9. Omissão da sentença em relação ao regime inicial de cumprimento da pena .....	137
21.10. Modificação do capítulo da sentença sobre aplicação da pena pelo juízo da execução .....	137
21.11. Regressão para regime mais grave do que aquele fixado na sentença.....	137
21.12. Extinção da punibilidade pelo indulto fundada em erro e coisa julgada.....	137
21.13. Reconhecimento de nulidade pelo juízo da execução .....	137
21.14. Impossibilidade de correção de ofício de erro material pelo juízo da execução .....	138

## 22. Prisão domiciliar

22.1. Indeferimento de prisão domiciliar para apenado que cumpre pena em regime fechado .....	138
22.2. Prisão domiciliar para mulher durante a execução da pena .....	138
22.3. Superlotação da Casa de Albergado.....	139
22.4. Prisão domiciliar e liberdade de culto .....	139
22.5. Prisão domiciliar para condenados em regime semiaberto e fechado.....	139
22.6. Prisão domiciliar humanitária .....	140

## 23. Contato com o mundo exterior por meio de correspondência

23.1. Interceptação da correspondência pela administração penitenciária.....	140
--	-----

## 24. Direito de visitas

24.1. Impossibilidade de cancelar definitivamente o registro de visitante .....	140
24.2. Direito de visita e visitante que está em livramento condicional .....	141
24.3. Direito de visita e visitante que cumpre pena em regime aberto .....	141
24.4. Saída temporária para visitar amigo.....	141
24.5. Saída temporária para visitar agente religioso .....	141
24.6. Visitas por filhos e enteados menores.....	142
24.7. Ato normativo que limita a visita por parentes mais distantes da pessoa presa.....	145

24.8. Não se trata de direito absoluto .....	146
24.9. Limitação de parentes.....	146
24.10. Direito de visita e <i>habeas corpus</i> .....	147
24.11. Revista íntima .....	147
24.12. Prévio agendamento para advogado visitar preso.....	148

## **25. Direito de estar preso em local próximo da família**

25.1. A transferência para comarca próxima de familiares não é direito absoluto.....	149
25.2. Transferência de preso sob alegação de que recebe tratamento privilegiado .....	149

## **26. Detração**

26.1. Impossibilidade de detração da pena do período no qual o condenado alega ter cumprido espontaneamente a condenação .....	149
26.2. Possibilidade de detração do tempo de prisão processual ordenada em outro processo.....	150
26.3. Recolhimento domiciliar noturno e detração.....	150
26.4. Execução antecipada da pena e detração .....	151
26.5. Detração e prestação pecuniária .....	152
26.6. Detração e prescrição .....	152
26.7. Detração e prisão domiciliar .....	152

## **27. Condições carcerárias**

27.1. Condições carcerárias e insegurança pública .....	152
27.2. Cumprimento da decisão da Corte IDH sobre o Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho.....	153
27.3. Cumprimento da decisão da Corte IDH sobre o Complexo do Curado .....	155
27.4. Caracterização do estado de coisas inconstitucional .....	156
27.5. Dever do Estado de manter em seus presídios os padrões mínimos de humanidade.....	156
27.6. Celas de contêineres.....	157
27.7. Precariedade das condições carcerárias.....	157
27.8. Impossibilidade de oposição do argumento da reserva do possível ou princípio da separação dos poderes .....	157
27.9. Direito a banho quente .....	157

## **28. Habeas corpus coletivo**

28.1. Habeas corpus coletivo e restrições de direitos na execução penal .....	158
28.2. Habeas corpus coletivo e medidas para evitar a propagação da Covid-19 em estabelecimentos prisionais .....	159
28.3. Direito de sair da cela por duas horas para banho de sol .....	160

## **29. Aplicação da Lei de Execução Penal a militares**

29.1. Condição para aplicação .....	161
29.2. Progressão de regime para militares.....	162
29.3. Remição e presos que cumprem pena em prisão militar .....	162

## **30. Sistema penitenciário federal**

30.1. Transferência do preso sem prévia oitiva .....	162
30.2. Cumprimento excepcional de medida de segurança em prisão federal .....	163
30.3. Transferência para prisão federal fundamentada na alegação de que o preso exerce função de liderança ou participação relevante em organização criminosa.....	163
30.4. Permanência no sistema penitenciário federal e ausência de fato novo .....	163
30.5. Transferência de extraditando para o sistema penitenciário federal .....	163
30.6. Prazo de renovação de permanência do preso em estabelecimento penal federal.....	164
30.7. Competência sobre a manutenção do preso no RDD.....	164
30.8. Progressão de regime no sistema penitenciário federal.....	164
30.9. Monitoração de conversa entre advogado e preso no sistema penitenciário federal .....	165

## **31. Unificação de penas**

31.1. Unificação de penas de detenção e reclusão .....	165
31.2. Unificação das penas e alteração da data-base para concessão de novos benefícios.....	166
31.3. Consideração da reincidência no processo de unificação.....	168
31.4. Unificação de penas privativa de liberdade e restritiva de direitos .....	168

## **32. Competência**

32.1. Suspensão da exibibilidade das custas processuais.....	168
32.2. Devolução da fiança.....	169
32.3. Pena aplicada pela Justiça Federal e apenado que progride para o regime aberto .....	169
32.4. Obrigação de reparar o dano fixada pela Justiça Federal, apenado preso em estabelecimento prisional estadual e competência para decidir sobre o parcelamento.....	169
32.5. Juízo deprecado e conversão da pena.....	170
32.6. Condenado preso em outra comarca .....	170
32.7. Juízo competente para unificação de penas oriundas de Estados diferentes.....	170
32.8. Competência do juízo da execução penal do Estado .....	171
32.9. Competência para aplicar a lei benigna.....	171

## **33. Estabelecimentos penais**

33.1. Dependência separada para ex-policiais.....	171
33.2. Destinação da cadeia pública .....	171

## **34. Reabilitação**

34.1. Sigilo da folha de antecedentes .....	172
34.2. Extinção da punibilidade.....	172
34.3. Exclusão de dados .....	172
34.4. Reparação do dano causado pelo crime .....	173

## **35. Prescrição da pretensão executória**

35.1. Revogação de liberdade e prescrição executória .....	174
35.2. Termo inicial da prescrição executória.....	174
35.3. Tempo de prisão provisória e contagem da prescrição da pretensão executória.....	174

## **36. Outros assuntos**

36.1. Transexuais e travestis com identidade de gênero feminina podem optar sobre em qual estabelecimento prisional vão cumprir a pena .....	175
36.2. Numerus clausus na execução de medida socioeducativa .....	175
36.3. Entrevista pessoal e reservada entre o preso e seu defensor através do parlatório com utilização de interfones.....	177
36.4. Negativa de ingresso de notebook na unidade prisional para que o custodiado visualize as peças eletrônicas.....	177
36.5. Divisória de vidro e interfone para a comunicação entre advogado e cliente.....	177
36.6. Suspensão dos direitos políticos independentemente da natureza da pena imposta .....	177
36.7. Condicionamento de benefícios da execução penal e de aplicação de lei nova favorável ao prévio recolhimento à prisão.....	178
36.8. Interdição do presídio .....	178
36.9. Direito ao esquecimento .....	178
36.10. Direito da pessoa presa de ser entrevistada .....	179

## Capítulo 2

### **Execução penal na jurisprudência de órgãos e tribunais internacionais de direitos humanos**

#### **1. Obrigações do Estado a respeito das pessoas privadas de liberdade**

1.1. Contexto da pandemia da COVID-19.....	183
1.2. Posição de garante do Estado .....	184
1.3. Relação de especial sujeição entre a pessoa presa e o Estado .....	185
1.4. Prevenção de suicídios.....	186
1.5. Controle efetivo dos centros penitenciários pelo Estado.....	187
1.6. Favorecer a manutenção de um clima de respeito pelos direitos humanos.....	188
1.7. Importância do bom clima de trabalho entre os agentes penitenciários .....	188
1.8. Privilégios no interior de estabelecimentos prisionais.....	189

1.9. Corrupção nas prisões .....	189
1.10. Relação entre o funcionamento do sistema penitenciário e os deveres de garantia e proteção dos Estados em relação aos direitos humanos.....	190
1.11. Segurança, custódia e vigilância das pessoas privadas de liberdade .....	191
1.12. Problemas mais graves da região em relação aos direitos das pessoas privadas de liberdade.....	192
1.13. Obrigação dos Estados de promover a ressocialização .....	192
1.14. Supervisão da prisão .....	193

## **2. Pessoas privadas de liberdade pertencentes a grupos em situação de vulnerabilidade**

2.1. Crianças e adolescentes .....	194
2.1.1. Posição especial de garante do Estado em relação aos menores privados de liberdade.....	194
2.1.2. Medidas disciplinares.....	195
2.1.3. Proteção dos direitos das crianças com mães privadas de liberdade.....	195
2.1.4. Separação de jovens infratores.....	197
2.1.5. Prisão perpétua e adolescentes privados de liberdade .....	197
2.1.6. Contato com a família .....	198
2.1.7. Principais parâmetros sobre privação de liberdade de crianças e adolescentes.....	198
2.1.8. Gravidade da prisão de crianças.....	200
2.2. Mulheres .....	200
2.2.1. Situação das mulheres privadas de liberdade .....	200
2.2.2. Atenção especial.....	201
2.2.3. Mulher lésbica e restrição à visita íntima.....	201
2.2.4. Proteção reforçada no caso de mulher com mais fatores de vulnerabilidade.....	202
2.2.5. Prática de algemar mulher grávida .....	202
2.3. Povos indígenas .....	203
2.3.1. Necessidades específicas.....	203
2.3.2. Direito de se manifestar no próprio idioma .....	205
2.4. Pessoas LGBT.....	206
2.4.1. Discriminação contra pessoas LGBT.....	206
2.4.2. Dificuldades desproporcionais .....	206
2.5. Migrantes.....	206
2.5.1. Condições de detenção .....	206
2.5.2. Assistência consular .....	207
2.6. Pessoas com deficiência.....	207
2.6.1. Direito à mobilidade de pessoa com deficiência privada de liberdade.....	207
2.6.2. Cuidado especial .....	208



### **3. Condições carcerárias**

3.1. Principais parâmetros.....	209
3.2. Afetação dos direitos humanos pela privação de liberdade .....	210
3.3. Separação de processados e condenados .....	211
3.4. Protocolo de incêndio e outras emergências em estabelecimentos prisionais .....	211
3.5. Superpopulação carcerária .....	212
3.6. Compensação por prisão em condições degradantes.....	213
3.7. Degradação das condições carcerárias e seus efeitos.....	215
3.8. Direito à água potável e suficiente .....	215
3.9. Dificuldades econômicas.....	215
3.10. Espaço por preso nas celas .....	216
3.11. Direito à privacidade das pessoas presas .....	216
3.12. Luz natural e ar fresco dentro das celas.....	217
3.13. Raspagem de barba e cabelo do preso como tratamento degradante .....	217

### **4. Direito à saúde**

4.1. Patologia incompatível com a privação de liberdade .....	218
4.2. Enfermidades graves.....	219
4.3. Atendimento médico por profissional da escolha da pessoa presa.....	219
4.4. Qualidade do serviço de saúde.....	219
4.5. Atenção médica qualificada.....	220
4.6. Direito do preso de manter sigilo na correspondência com seu médico especialista.....	221
4.7. Intervenção médica em pessoa privada de liberdade .....	221

### **5. Direito à educação**

5.1. Direito à educação na prisão.....	223
--	-----

### **6. Uso da força contra pessoas privadas de liberdade**

6.1. Uso da força pelo Estado para controlar motins.....	224
6.2. Uso proporcional da força .....	225

### **7. Proibição de discriminação**

7.1. Distinção entre homens e mulheres no contexto prisional que se insere na margem de apreciação dos Estados .....	225
7.2. Distinção entre homens e mulheres no contexto prisional que não se insere na margem de apreciação dos Estados .....	226
7.3. Discriminação indevida entre presos preventivamente e presos já condenados .....	227
7.4. Ilegalidade da segregação de pessoas com HIV no ambiente prisional .....	228

## **8. Incomunicabilidade e medidas de isolamento**

8.1. Incomunicabilidade como medida excepcional.....	229
8.2. Celas de isolamento ou de castigo.....	229
8.3. Parâmetros do confinamento solitário.....	229
8.4. Preso em greve de fome e confinamento solitário.....	231

## **9. Violência sexual contra pessoas privadas de liberdade**

9.1. Inspeção vaginal manual como ato de violação sexual.....	231
---	-----

## **10. Direito à vida e à integridade pessoal e investigação de atos de tortura e morte de pessoas privadas de liberdade**

10.1. Presunção de responsabilidade do Estado.....	232
10.2. Fatores que geram a violência carcerária.....	233
10.3. Disciplina militar não se confunde com maus tratos ou tortura.....	233
10.4. Exibição pública com traje da prisão.....	233
10.5. Proibição absoluta da tortura.....	234
10.6. Informação detalhada sobre a situação das pessoas presas.....	234

## **11. Sanções disciplinares**

11.1. Punição disciplinar por exercício de liberdade de religião durante a noite.....	234
11.2. Direito da pessoa presa de manifestar a própria religião.....	236
11.3. Excepcionalidade do procedimento disciplinar.....	236

## **12. Direitos dos familiares das pessoas privadas de liberdade e visitantes no geral de estabelecimentos prisionais**

12.1. Proibição de revistas humilhantes ou vexatórias.....	236
12.2. Informação adequada e oportuna sobre a situação das pessoas presas.....	238

## **13. Liberdade de expressão**

13.1. Livramento condicional e liberdade de expressão.....	239
--	-----

## **14. Direito de receber visitas**

14.1. Localização do estabelecimento prisional.....	239
14.2. Mulher lésbica e restrição à visita íntima.....	240
14.3. Materialização do direito à vida privada e familiar.....	241
14.4. Regime de visitas restrito.....	242
14.5. Fatores que devem ser levados em consideração no traslado de pessoa presa.....	242
14.6. Restrições a visitas de crianças.....	242

14.7. Proibição de visita conjugal de presos e pedido de inseminação artificial.....	243
14.8. Restrições do direito de receber visitas.....	244
14.9. Revistas em visitantes da prisão.....	244
14.10. Direito à visita íntima e margem de apreciação nacional dos Estados.....	245

## **15. Direito ao trabalho e à seguridade social**

15.1. Inclusão de presos no regime de seguridade social .....	246
15.2. Obrigação de preso idoso trabalhar .....	249
15.3. Combate à discriminação em relação a egressos do sistema prisional.....	251

## **16. Contato com o mundo exterior**

16.1. Direito dos presos de usarem a internet .....	251
16.2. Contato por carta e por ligações dos presos com seus familiares .....	252

## **17. Outros assuntos**

17.1. Benefícios carcerários e graves violações de direitos humanos .....	253
17.2. Convencionalidade das leis que estabelecem a remição pelo trabalho ou pelo estudo...255	
17.3. Direito ao voto das pessoas presas .....	255
17.4. Comunicação entre as pessoas presas e seus advogados.....	257
17.5. “Corredor da morte” .....	258
17.6. Formas de executar a pena de morte .....	259
17.7. Jurisdicionalização da execução penal .....	260
17.8. Direito de acompanhar o funeral de parentes .....	260
17.9. Direito das pessoas presas nas transferências em veículos apertados.....	260
17.10. Direito das pessoas presas de se casarem.....	261
17.11. Greve de fome de preso e alimentação forçada .....	261
17.12. Alimentação vegetariana como manifestação da religião .....	263
17.13. Disponibilidade patrimonial da pessoa presa.....	264
17.14. Irretroatividade de entendimento jurisprudencial prejudicial ao apenado .....	264